



Requerimento de informações n° de 2018
(Deputado Subtenente Gonzaga)

Requerimento de informações ao Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública acerca da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública o requerimento de informações acerca da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República editou em 16 de fevereiro de 2018 o Decreto n° 9.288, que decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública e nomeia para o cargo de Interventor o General de Exército Walter Souza Braga Netto. A medida foi aprovada pelo Congresso Nacional nos dias subsequentes.

Com o intuito de monitorar as medidas tomadas pelo Governo Federal e pelo Interventor, o Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 38, do Regimento Interno desta Casa, instituiu a Comissão Externa - Intervenção na Segurança Pública do Rio de Janeiro, da qual fui designado como membro.



Há décadas o Rio de Janeiro vive uma crise na segurança pública tendo sido desencadeada por inúmeros fatores, dentre eles estão: a expansão do crime organizado em áreas abandonadas pelo setor público, a falta de uma política séria de habitação, a corrupção policial, o sucateamento da capacidade investigativa da Polícia Civil e a precarização da Polícia Militar.

A partir dos anos 1970, cresce a criminalidade organizada fluminense por meio da rápida expansão do consumo da cocaína, evoluindo, entre os anos 1980 e 1990, para o tráfico de drogas praticado por bandidos armados com fuzis. Nos anos seguintes, a população começou a sofrer com ondas de sequestros e, nesse período, as facções também foram se consolidando.

Diante de um cenário de violência crescente e da ineficácia das políticas de segurança implementadas pelo Estado, em 1992, o então Presidente da República assinou a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e enviou tropas federais para ajudar na segurança pública. Em 1995 foi deflagrada a Operação Rio II - uma ação conjunta entre o Exército, a Receita Federal, as Polícias Federal, Civil, Militar e Rodoviária Federal, além de Marinha e Aeronáutica; mesmo com todas essas ações os problemas de segurança pública, no geral, não arrefeceram.

Inauguradas no final de 2008, as Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs, surgiram como solução estruturante e de longo prazo para o problema. Contudo, o projeto foi se enfraquecendo à medida que suas falhas ficavam mais evidentes e a crise financeira do Estado aumentava.

Assim, chega-se a 2018, com uma Intervenção Federal que, embora de caráter inédito, como é possível



perceber, apresenta semelhanças com outras medidas tomadas ao longo das últimas três décadas.

Diante desse cenário e tendo em vista as implicações sociais e econômicas decorrentes da aprovação do Decreto de Intervenção Federal, bem como para subsidiar minha atuação na referida Comissão Extraordinária constituída nesta Câmara dos Deputados, solicito sejam respondidas as indagações abaixo.

Respeitosamente,

Sala das Sessões, de março de 2018.

Subtenente Gonzaga
Deputado Federal

Questionamentos:

Acerca do Diagnóstico Inicial

- 1) Em relação às ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) efetuadas no Rio de Janeiro a partir de 2010:
 - a. Quais os recursos orçamentários empregados pelo governo federal em cada ação? Indicar: programa, ação orçamentária e forma de execução (contratações, transferências, termos de execução descentralizada)
 - b. Quais os recursos humanos e materiais empregados pelo governo federal em cada ação?
 - c. Quais os resultados de cada ação?



- d. Foram definidos indicadores para avaliar o sucesso de cada ação? Caso sim, quais?
 - e. Foram elaborados relatórios finais de cada ação? Caso sim, anexá-los à resposta a este requerimento? Caso não, por que não foram elaborados?
- 2) Em relação ao diagnóstico que motivou a Intervenção Federal no Rio de Janeiro:
- a. Que fatores motivaram a intervenção?
 - b. A necessidade de intervenção foi identificada a partir da análise de indicadores? Caso sim, quais? Quais os valores apurados para esses indicadores imediatamente antes da intervenção?
 - c. Que lacunas foram identificadas na atuação do governo do estado do Rio de Janeiro que requereram a intervenção?
 - d. Que *expertise* o governo federal aportará que não está presente no governo do estado do Rio de Janeiro ou está presente de forma insuficiente?
 - e. Que oportunidades de atuação se abrem com a intervenção, que não seriam possíveis sem ela?

Acerca do Planejamento das Ações

- 3) Quais os objetivos estratégicos a serem alcançados com a intervenção?
- 4) Como os objetivos estratégicos definidos na questão anterior se desdobram em objetivos táticos e operacionais?
- 5) Existe(m) documento(s) que formaliza(m) o planejamento da intervenção nos níveis estratégico, tático e operacional? Caso sim, anexá-lo(s) à resposta a este requerimento?
- 6) Quais indicadores serão utilizados para avaliar os resultados (eficácia) e os impactos (efetividade) da



intervenção? Quais os valores de cada indicador antes da intervenção (linha de base) e as metas esperadas para eles ao final da intervenção?

- 7) Os indicadores definidos no item anterior contemplam, dentre outros:
- a. Volumes de drogas apreendidas?
 - b. Volumes de armas apreendidas?
 - c. Número de prisões?
 - d. Número de inquéritos policiais instaurados?
 - e. Número de inquéritos policiais com oferecimento de denúncia?
 - f. Número de Processos Disciplinares instaurados no âmbito das Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro?
 - g. Índice de homicídios?
 - h. Índices de outros crimes contra a pessoa? Quais?
 - i. Índices de crimes patrimoniais? Quais?
 - j. Tempo de comércio fechado?
 - k. Taxa de abstenção e evasão em escolas?
- 8) Foi efetuada uma análise dos riscos da intervenção? Caso sim, quais os principais riscos identificados? Que ações serão tomadas para preveni-los e/ou mitigá-los?

Acerca da Execução das Ações

- 9) Quais são as ações previstas no âmbito da intervenção? Indicar, para cada uma delas, a previsão de data de início, data de término e responsável.
- 10) Quais são os recursos orçamentários/financeiros a serem alocados pelo governo federal na intervenção? Indicar, para cada um deles: programa, ação orçamentária, forma de execução (contratações, transferências, termos de execução descentralizada) e de onde serão remanejados.



- 11) Quais são os recursos humanos a serem alocados pelo governo federal na intervenção? Indicar tipos e quantitativos de cada um deles, bem como de onde serão remanejados.
- 12) Quais são os recursos materiais a serem alocados pelo governo federal na intervenção? Indicar tipos e quantitativos de cada um deles, bem como de onde serão remanejados.
- 13) Quais são os recursos humanos, materiais e orçamentários/financeiros a serem alocados pelo governo estadual na intervenção? Indicar, para cada um deles, de onde serão remanejados.
- 14) Quais indicadores serão utilizados para avaliar a economicidade na utilização dos recursos e a eficiência na execução das ações?
- 15) Como será feita a coordenação entre os diversos órgãos envolvidos na política de segurança pública durante a intervenção (incluindo, dentre outros, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública)?
- 16) Haverá alterações nas alçadas de decisão referentes à política de segurança pública em relação àquelas vigentes antes da intervenção? Caso sim, quais?
- 17) Estão previstas ações de capacitação e transferência de conhecimento aos agentes estaduais e municipais de segurança durante a intervenção? Caso sim, quais? Qual será o público alvo e a forma de implementação?
- 18) Estão previstas reestruturações organizacionais e/ou institucionais nos órgãos de segurança do Rio de Janeiro durante a intervenção? Caso sim, quais? Elas durarão apenas durante a intervenção ou também após o seu término?
- 19) Que outras políticas públicas complementares à segurança pública serão afetadas pela intervenção? O



que será feito, que recursos serão alocados, quem serão os responsáveis e de que forma se espera que essas políticas contribuam para a melhoria da segurança pública no Rio de Janeiro?

Acerca do Monitoramento das Ações

- 20) A quem os responsáveis pela intervenção prestarão contas? De que forma e com que periodicidade isso será feito?
- 21) Serão gerados relatórios periódicos de acompanhamento da intervenção? Com que periodicidade? Esses relatórios serão disponibilizados publicamente? Caso não, por que?
- 22) Serão feitas reuniões periódicas de acompanhamento da intervenção? Com que periodicidade? Quem participará?
- 23) Quais sistemas informatizados serão utilizados para monitorar a intervenção? Quem é responsável por mantê-los? Quem é responsável por alimentá-los? Quais são os principais dados disponibilizados por esses sistemas?
- 24) Como os riscos identificados durante o planejamento serão monitorados ao longo da execução das ações?
- 25) De que forma os resultados do monitoramento retroalimentarão o planejamento das ações durante a intervenção?
- 26) Que mecanismos serão utilizados para dar transparência, mantendo a sociedade informada acerca das decisões tomadas e dos riscos envolvidos no âmbito da intervenção?
- 27) Serão feitas pesquisas de opinião com a população do Rio de Janeiro para avaliar a intervenção? Caso sim, com que periodicidade? De que forma os resultados dessas pesquisas reorientarão as ações durante a intervenção?



Acerca da Avaliação das Ações

- 28) Como será avaliado o sucesso ou fracasso da intervenção?
- 29) Será monitorado eventual deslocamento da criminalidade do Rio de Janeiro para outros estados e municípios? Caso sim, de que forma?
- 30) Há possibilidade de, eventualmente, o prazo da intervenção ser prorrogado? Caso sim, com base em que critérios será tomada essa decisão?
- 31) Que ações serão tomadas para evitar que os progressos alcançados durante a intervenção não se percam quando ela se findar?